

12. EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO" – MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº. CPE.9.20.DMOSM:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação, a proposta da minuta de adenda ao contrato, da Empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Este S. Pedro".

Tem informação circunstanciada da **DMOSM**.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/05/26

Órgão competente: Câmara Municipal

CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM

“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”

ASSUNTO: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO

I – Atendendo ao valor do contrato de empreitada supramencionado (€ 1.268.365,80), torna-se necessário proceder à alteração do seu artigo 19.º, no sentido de fazer constar que a produção de todos os seus efeitos será partir da data da notificação da declaração de conformidade ou de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 4, do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

II – Assim, submete-se para aprovação da Câmara Municipal a **Minuta da Adenda** ao contrato.

25 de maio de 2021

DMOSM-DOM,

A Coord. Técnica,

Anexo:

Minuta da Adenda e Contrato de Empreitada

MINUTA / ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM**“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA., com sede na rua da Veiga, n.º 9, freguesia de Adaúfe, 4710-572 Braga, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o mesmo número, com o capital social de €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por

na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso n.º 7733-5521-4125, doravante identificado por «**Empreiteiro**».

É celebrada a presente **Adenda** ao **CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE. 9.20.DMOSM**, tendo por objeto a empreitada de “**REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO**”, celebrado em 26 de abril de 2021, cuja minuta foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal em....., através da qual se procede à alteração do artigo 19.º do contrato, que passa a ter a seguinte redação:___

Artigo 19.º**(Vigência)**

O presente contrato só produzirá todos os seus efeitos a partir da data da notificação da declaração de conformidade ou do visto do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. ___

Depois de lida e achada conforme, vão os outorgantes assinar digitalmente a presente adenda ao contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. ___

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM

"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO"

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «Dono da Obra»; _____

E

Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA., com sede na rua da Veiga, n.º 9, freguesia de Adaúfe, 4710-572 Braga, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o mesmo número, com o capital social de €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por _____ na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso n.º 7733-5521-4125, doravante identificado por «Empreiteiro». _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 12 de junho de 2020, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.9.20.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; _____
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com o cabimento n.º 51830, de 26/05/2020, e com o compromisso n.º 70316, de 11/03/2021, atualizado em 09/04/2021 e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta do referido compromisso; _____
- c) No seguimento da *Análise e Avaliação da Proposta*, por decisão do Presidente da Câmara, de 13 de abril de 2021, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 19 de abril de 2021, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado

a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos; _____

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

_____ É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º

(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos. _____

_____ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º

(Local da obra)

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados na **União de Freguesias de Este S. Pedro e Este S. Mamede**, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º

(Preço contratual)

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€1.268.365,80 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de Fórmula: **F07 – reabilitação profunda de edifícios**. _____

____ 2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

____ 3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

____ O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____ 4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €126.836,58 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos) correspondente a 10% do preço contratual, mediante garantia bancária n.º 962300488034571, emitida pelo Banco Santander Totta, S. A, arquivada no respetivo processo. _____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____ A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 12.º

(Gestor do contrato)

____ 1. O dono da obra designa **Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____ 2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____ 3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º

(Comunicações e notificações)

____ 1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____ 2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____ a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____ b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@costeira.pt**. _____

____ 3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____ 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____ 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.____

____ 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.____

____ 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.____

____ 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.____

____ 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:____

____ a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;____

____ b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;____

____ c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;____

____ d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º**(Invalidade parcial)**

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º**(Foro competente)**

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

_____ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,